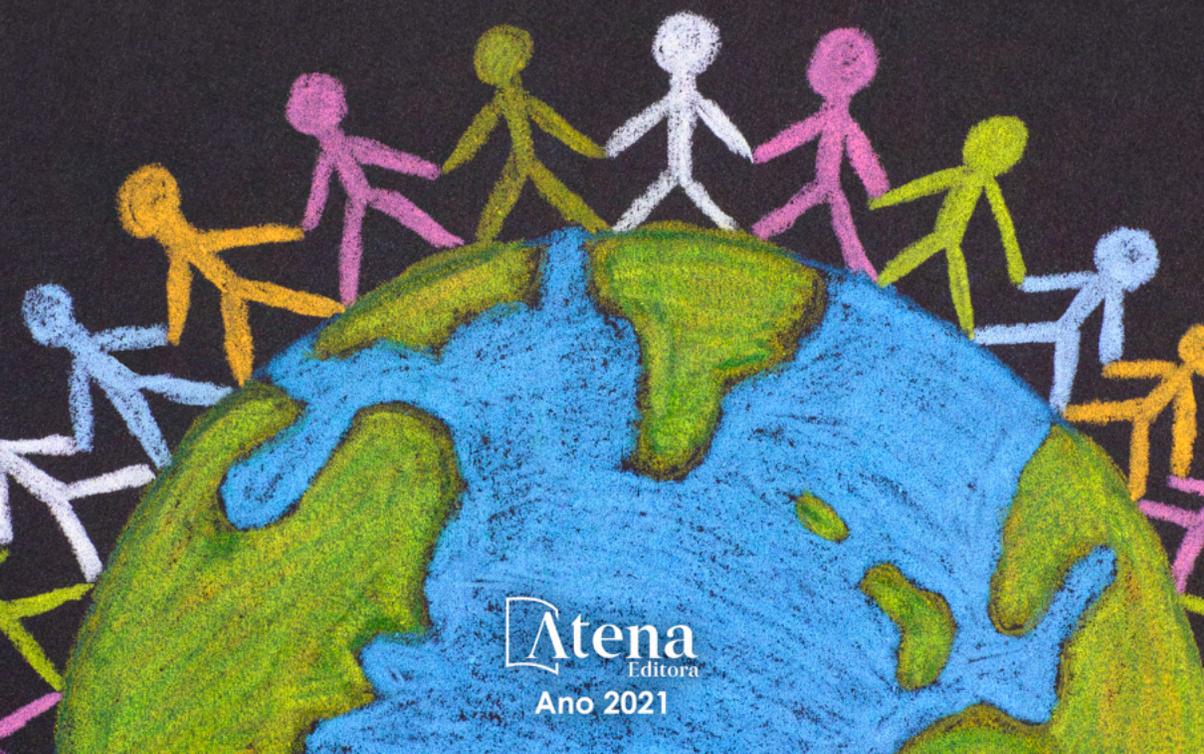


AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(Organizador)

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana



Atena
Editora
Ano 2021

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(Organizador)

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação enquanto fenômeno social: democracia e emancipação humana

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação enquanto fenômeno social: democracia e emancipação humana / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-652-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.529210311>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado **“Educação enquanto fenômeno social: Democracia e Emancipação Humana”**, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, a mulher negra, o trabalhador, a juventude rural, os professores em seus diferentes espaços de trabalho, entre outros.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrusa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ACONTECIMENTOS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX QUE MARCARAM PARA SEMPRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Aline Cristiane Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103111>

CAPÍTULO 2..... 12

ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO DOS DOCENTES DA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO E A LAICIDADE EM LONDRINA E REGIÃO (2018-2019)

Matheus Pallisser

Fabio Lanza

Vinicius dos Santos Moreno Bustos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103112>

CAPÍTULO 3..... 27

EDUCAÇÃO E POBREZA, UMA QUESTÃO SOCIAL E MORAL

Jocilene Eterna Soares dos Santos Lacerda

Maria de Lourdes Leoncio Macedo

Jandira Aquino

Eunice Lisboa

Larissa Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103113>

CAPÍTULO 4..... 38

INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES DE EAD EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Lígia Silva Leite

Felipe Jorge Granero

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103114>

CAPÍTULO 5..... 57

EDUCAÇÃO DIGITAL: AVALIAÇÃO DE AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Lígia Silva Leite

Yves de Carvalho Carabajal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103115>

CAPÍTULO 6..... 73

A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA E RECREAÇÃO HOSPITALAR PARA CRIANÇAS HOSPITALIZADAS COM DIAGNÓSTICO DE CÂNCER

Patricia Marquart Felice Zarour

Letícia Kuhl Pereira

Ana Maria Nascimento Damiani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103116>

CAPÍTULO 7.....	88
MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO BASE EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Marcella Arraes Castelo Branco	
Lorena Carvalho Saraiva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103117	
CAPÍTULO 8.....	101
A ARTE DE ENSINAR. UM PANORAMA DA HISTORIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E, A ATUAL SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PAÍS	
Luciene Guisoni	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103118	
CAPÍTULO 9.....	106
A DOCÊNCIA NA EAD BRASILEIRA: TENSÕES E DESAFIOS	
Elaine dos Reis Soeira	
Henrique Nou Schneider	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103119	
CAPÍTULO 10.....	123
ESQUEMA DE UN MODELO DE MUERTE Y TABAQUISMO EN LAS CREENCIAS DE FUMADORES Y NO FUMADORES Y SU RELACION CON LA ESCOLARIDAD	
Juan Crisostomo Martínez Berriozábal	
José de Jesús Silva Bautista	
Leonel Romero Uribe	
Rodolfo Hipólito Corona Miranda	
Fausto Tomás Pinelo Ávila	
Nallely Venazir Herrera Escobar	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031110	
CAPÍTULO 11.....	145
O ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA PERSPECTIVA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO	
Vanusa Daniel da Silva	
Cícera Cosmo de Souza	
Maria Nailê Cândido Feitoza de Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031111	
CAPÍTULO 12.....	157
EDUCAÇÃO INFANTIL – O DESPERTAR PARA VERSOS E RIMAS	
Maria Franciane da Silva Oliveira	
Gicele Monteiro dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031112	
CAPÍTULO 13.....	166
(RE) DESENHANDO AMBIENTES DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA: UMA PROPOSTA	

DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E METODOLÓGICA PARA OS 1.º E 2.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

Vânia Gabriela Dias Graça
Maria Glória Parra Santos Solé
Maria Altina da Silva Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031113>

CAPÍTULO 14..... 180

EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O SETOR PRIVADO DO SUL MARANHENSE

Edgar Oliveira Santos
Sônia Oliveira Santos
Sancley Estany da Silva Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031114>

CAPÍTULO 15..... 191

“ALUNO/A DO/NO CAMPO”: ESCOLA, CURRÍCULO E IDENTIDADES DOS ALUNOS/AS DO SOME NA AMAZÔNIA PARAENSE

Gleyce Carvalho Castro
Afonso Welliton de Sousa Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031115>

CAPÍTULO 16..... 202

FLASKÔ E O CONTROLE OPERÁRIO: FORMAS ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

João Augusto Pereira do Prado
Maria Carolina Graciano Sugahara
Sofia Bheatrice Gianeri Spada

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031116>

CAPÍTULO 17..... 212

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO PROPOSTA DE ENSINO - ESTUDO DE CASO COM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS-MG QUE IMPLANTARAM ESSE TEMA EM SUA GRADE CURRICULAR

Daniel Goulart de Sousa
Rodrigo Silva Fonseca
Alessandro Leonardo da Silva
Marcelo Robert Fonseca Gontijo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031117>

CAPÍTULO 18..... 224

EDUCAÇÃO INTEGRAL FUNDAMENTADA EM VALORES HUMANOS COM BASE NOS ENSINAMENTOS DE SATHYA SAI BABA

Maribel Oliveira Barreto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031118>

CAPÍTULO 19	236
VALIDAÇÃO DE CHECKLISTS POR PERITOS DA FALA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS DAS PERTURBAÇÕES DE LINGUAGEM PARA EDUCADORES DA INFÂNCIA	
Aliaska Pereira Aguiar	
Graça Simões de Carvalho	
Simone Aparecida Lopes Herrera	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031119	
CAPÍTULO 20	247
“MANUEL DA ROSÁRIA”: APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DAS HISTÓRIA(S) DA EDUCAÇÃO DOS/AS NEGROS/AS NO SUDOESTE DE GOIÁS	
Murilo Borges Silva	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031120	
CAPÍTULO 21	260
LIVROS DIDÁTICOS PNLD CAMPO: QUESTÕES SOBRE ESCOLHA E USO POR PROFESSORES	
Edna Luiza de Souza	
Edilaine Aparecida Vieira	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031121	
CAPÍTULO 22	272
DISEÑO E IMPLEMENTACIÓN DE LA CONCENTRACIÓN DE ANIMACIÓN LADT COMO SEMESTRE-I EN MODELO TEC21: UN PASO MÁS HACIA EL NUEVO MODELO EDUCATIVO	
Imelda Asencio del Real	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031122	
CAPÍTULO 23	282
O TRATAMENTO DA ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE O PERCURSO DA ELABORAÇÃO DA BNCC	
Ana Paula Dal Santo	
Maíke Elize Techio	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031123	
CAPÍTULO 24	290
O BULLYING NO DISCURSO DO SUJEITO-ADOLESCENTE	
Rita de Cássia Constantini Teixeira	
Soraya Maria Romano Pacífico	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031124	
CAPÍTULO 25	305
SIMULTANEIDAD ENTRE ESTUDIO Y TRABAJO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: CARACTERIZACIÓN Y REFLEXIONES	
Andrea Nessier	
Andrea Pacífico	

Fernanda Pagura
Norma Zandomeni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031125>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	320
ÍNDICE REMISSIVO.....	321

CAPÍTULO 20

“MANUEL DA ROSÁRIA”: APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DAS HISTÓRIA(S) DA EDUCAÇÃO DOS/AS NEGROS/AS NO SUDOESTE DE GOIÁS

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 06/09/2021

Murilo Borges Silva

Universidade Federal de Jataí, Unidade
Acadêmica de Ciências Humanas e Letras,
Curso de História
Jataí – Goiás
<http://lattes.cnpq.br/7222474976480477>

RESUMO: Este texto tem como propósito discutir aspectos da história da educação dos negros no sudoeste de Goiás, no período do pós-abolição. De modo mais específico, analisamos a fotografia de uma turma de estudantes do Colégio Novaes, datada de 1921. Nela, podemos visualizar uma criança negra vestida com uma espécie de uniforme militar e segurando uma corneta. A presença da criança na fotografia e a forma como foi representada nos fez questionar sobre o acesso e a permanência de crianças negras na educação escolar em Jataí, neste período. Para tanto, consideramos o registro fotográfico da turma de estudantes como uma fonte visual e buscamos cruzar as interpretações que fizemos dela com a bibliografia sobre a temática. Considerando as análises que fizemos, supomos que Manuel poderia receber algum tipo de ensino diferente daquela dos demais colegas ou, ao menos, alguma formação complementar que o preparava para o exercício de algum serviço. Supomos, também, que ele pudesse ser um dos alunos da escola militar autorizada a funcionar no

Colégio Novaes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Negros. Pós-abolição.

“MANUEL DA ROSÁRIA”: NOTES FOR THE STUDY OF THE HISTORY(S) OF BLACK EDUCATION IN THE SOUTHWEST OF GOIÁS STATE

ABSTRACT: The purpose of this text is to discuss aspects of the history of black education in the southwest of Goiás, in the post-abolition period. More specifically, we analyze a photograph of a class of students from the Colégio Novaes, dated 1921. In it we can see a black child dressed in a kind of military uniform and holding a bugle. The presence of the child in the photograph and its representation made us question about the access and permanence of black children in school education in Jataí, in this period. To this end, we considered the photographic record of the students' class as a visual source and sought to cross-reference our interpretations of it with the bibliography on the theme. Considering the analyses we made, we suppose that Manuel could have received some kind of education different from that of the other colleagues, or at least some complementary training that prepared him for the exercise of some service. We also suppose that he could be one of the students of the military school authorized to function in the Colégio Novaes.

KEYWORDS: Education. Blacks. Post-abolition.

1 | INTRODUÇÃO

A lei 10639/03, que obriga o ensino de

história e cultura-afro-brasileira e história e cultura africana nas escolas de educação básica, foi um passo importante para a ampliação da discussão a respeito das condições históricas e sociais da população negra no Brasil e, sobretudo, para o debate relacionado ao racismo no país. A publicação da lei foi uma conquista do movimento negro brasileiro e de intelectuais e ativistas negros organizados em torno da questão.

A publicação da lei, como já era esperado, não foi suficiente para a implementação de seu conteúdo. Os obstáculos para sua efetivação eram, e ainda são, muitos. A própria escrita da legislação já apontava alguns limites, como o fato de atribuir a responsabilidade pela sua execução às áreas de Educação Artística, Literatura e História, isentando as outras disciplinas desse compromisso. A definição do dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, embora relevante, também se demonstrou problemático, pois, muitas instituições de ensino acabaram reduzindo a discussão da temática a essa data, apenas.

Além disso, algumas outras questões podem ser apontadas como entraves ou dificuldades para efetivação da lei em sua completude, sobre isso podemos apontar: ausência de recursos didáticos sobre a temática, carência de investimentos financeiros, especialmente no que diz respeito a formação inicial e continuada de professores, falta de aprofundamento no debate conceitual sobre história e cultura afro-brasileira, resistência de professores e de parte da sociedade, não acompanhamento do processo de implementação da lei, mudanças superficiais nos currículos escolares, entre outras questões (SILVÉRIO; RODRIGUES; DOMINGUES, 2015. p. 40-43).

Apesar de todos estes limites e dos desafios que ainda temos pela frente, é preciso reconhecer que a Lei 10639/03, as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, entre outros documentos cujos desdobramentos se deram a partir desta legislação são, por um lado, resultado das lutas do movimento negro e intelectuais e ativistas negros e, de outro, a constatação pelo Estado (após pressão destes grupos) dos erros e injustiças cometidos no passado, indicando a necessidade de políticas de reparação. Aliás, o próprio documento das diretrizes tem logo em seu início, os seguintes dizeres:

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares (BRASIL, 2004, p. 07).

Como se percebe, o acesso pleno aos bancos escolares foi, e ainda é, um desafio para a população negra brasileira. No século XIX, havia dispositivos legais impedindo a presença de escravizados nas escolas públicas e vários outros artifícios impedindo ou

dificultando a instrução formal para crianças, jovens e adultos negros. Isso, contudo, não impediu que muitos deles pudessem ter alguma experiência de escolarização ou mesmo aprendizagens de leitura e escrita. Pesquisas mais recentes tem apontado para essas experiências de instruções já no século XIX, sejam para escravizados, libertos ou negros livres¹, inferindo que elas podem ter sido muito mais comuns do que demonstrou a historiografia da educação até o momento.

Com o fim da escravidão, os impedimentos legais que dificultavam a frequência de crianças escravizadas nas escolas públicas deixaram de fazer sentido. E, como antes, certamente, muitos negros e negras se fizeram presentes nestes espaços. No entanto, persistiram também muitos obstáculos para a efetivação da presença de negros e negras nas escolas, tais como a pobreza, a omissão do Estado, necessidade de trabalhar desde muito cedo, entre outras questões.

Embora seja provável que estas dificuldades fossem uma realidade para todo o país, é possível que tenham assumido dimensões distintas em cada localidade, podendo ser mais acentuadas em regiões onde se predominava atividades ligadas a agricultura e pecuária, cuja mão de obra familiar era importante para manutenção dos serviços e a presença de escolas talvez fosse algo mais incomum. No entanto, mesmo nestas localidades conseguimos verificar a presença de negros e negras nas salas de aulas de escolas, inclusive privadas, como é o caso de Manuel, garoto negro, fotografado juntamente com a turma de estudantes do Colégio Novaes, em Jataí, no ano de 1921.

21 O COLÉGIO NOVAES: ESTUDANTES, PROFESSORES/AS E COLABORADORES/AS



Turma de estudantes do Colégio Novaes – Jataí, 1921.

Fonte: Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos – 1921 – Colégio Novaes.

1 O livro “Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista”, organizado por Cord, Araújo e Gomes, em 2016, reúne várias histórias sobre experiências educacionais, práticas de leituras e escrita de homens e mulheres negros e negras no século XIX, ainda durante a vigência da escravidão.

Na imagem, temos a representação de uma turma de alunos e alunas em frente à primeira sede do Colégio Novaes, na cidade de Jataí, em Goiás, no ano de 1921. No centro da imagem, na primeira fileira, encontra-se Eleutério de Souza Novaes, professor e proprietário do Colégio. Ao seu lado, sua esposa, Ana Bueno. Outras duas senhoras adultas, sentadas ao lado de Ana Bueno, também compõem o registro. Parece haver uma proximidade entre as idades das crianças, com exceção de uma delas, acomodada na segunda fileira, que veste em sua cabeça uma espécie de chapéu, diferente do enfeite utilizado pelas demais meninas, e que possivelmente indica sua condição de moça. Organizados/as em fileiras, os/as estudantes estão separados/as por sexo, meninas à frente e meninos ao fundo. Há certa homogeneidade na postura corporal dos/das fotografados/as: braços cruzados, estendidos ou sobre o ombro de um colega. Ninguém sorri. Na representação, os meninos são numericamente superiores em comparação às meninas. Outro detalhe que chama atenção no registro fotográfico, é a presença de uma criança negra, do sexo masculino, que traça uma espécie de uniforme militar e traz, em uma de suas mãos, uma corneta.

A presença de uma criança negra na imagem, trajando uniforme militar e segurando o objeto musical, destoa-se da representação das demais crianças que compuseram o registro fotográfico, por essa razão, instigou-nos a refletir sobre a educação de meninos e meninas negras no início do século XX, ou seja, no período denominado pós-abolição. Para tanto, consideramos o registro fotográfico da turma de estudantes do Colégio Novaes como uma fonte visual, que associada a outras fontes congruentes, permite a construção de interpretações possíveis sobre a educação de crianças negras nesse contexto.

Desse modo, as considerações de Ulpiano T. Bezerra de Meneses sobre a necessidade de associação entre uma problemática histórica e as fontes visuais parecem apropriadas. Para o autor, o trabalho com imagens não pode reduzir-se a um questionamento à tipologia documental, é preciso elaborar problemas históricos que permitam a “investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade” (MENESES, 2003, p. 28). Nessa perspectiva interpretativa, afirma-se a dimensão histórica das imagens, que não são em si mesmas, ou, se desvinculadas de um todo social, portadoras de sentido, é a interação social que lhes atribui sentidos e valores (MENESES, 2003, p. 28). Considerado tais assertivas, propusemos, ainda que inicialmente, pensarmos sobre as representações construídas em relação a educação de crianças negras no pós-abolição em Jataí.

Imagens que reuniam alunos/as, professores/as e outros/as colaboradores/as de colégios, não foram incomuns nesse período. Armando Martins de Barros afirma ser recorrente, desde o final do século XIX, a produção de fotografias que registravam as atividades de instituições escolares. Normalmente, eram produzidas por fotógrafos profissionais e demonstravam preocupações relacionadas à apresentação da imagem, como: configuração do plano, distribuição da figuração e iluminação. Segundo o autor,

esses registros são diversos, mas incidem, especialmente, em demonstrações sobre o ensino, a disciplina, a competência dos professores e professoras, a arquitetura escolar, exposições de trabalhos manuais, de atividades extraclasse supervisionadas, entre outras imagens que possam atestar a excelência do ensino naquelas instituições (BARROS, 2005, p. 121-123).

É provável que a produção da imagem fotográfica da turma de estudantes do Colégio Novaes relacionava-se a algumas das intencionalidades descritas acima. Embora não tenha sido possível identificarmos a autoria da fotografia, provavelmente foi produzida por um profissional, o que não seria incomum, considerando que, desde o final do século XIX, apesar de poucos, alguns fotógrafos circulavam pela província de Goiás (SANT'ANNA, 2014, p.179). Em Jataí, no ano de 1922, é possível ler nas páginas do jornal local “O Picapau”, o anúncio do senhor Ademar Margonari sobre seu ateliê fotográfico, informando a população sobre a chegada de finos artigos de fotografia e a possibilidade de se realizar todos os trabalhos da profissão².

Conforme observa Thiago F. Sant’Anna, a fotografia produzida entre o final do século XIX e início do XX, era considerada um artefato simbólico do mundo civilizado, e remetia às mudanças em curso nos padrões de comportamento e consumo desse período, moldados a partir das ideias de modernidade e civilidade (SANT’ANNA, 2014, p. 178). Muitas instituições escolares desse período exprimiam esses símbolos da modernidade, e corroboravam com a modelagem dos corpos e comportamentos de meninos e meninas, no intuito de civilizar a população e construir uma nação (VEIGA, 2008, p. 504-505).

Possivelmente, as atividades do Colégio Novaes não se distanciavam desse modelo de formação. Instalada em Jataí em 1918, a instituição de ensino privada, dirigida por Eleutério de Souza Novaes, era destinada aos dois sexos e mantinha os regimes de internato e externato. Era oferecido o curso primário, o preparatório para exame de admissão para estabelecimento em qualquer carreira, e também a Escola de Instrução Militar. Esta foi aprovada em 1916, quando a instituição de ensino de Eleutério Novaes ainda funcionava em Currálinho, atualmente Itaberaí. O colégio funcionou em Jataí entre os anos de 1918 e 1925. Com o encerramento das atividades do colégio, Eleutério Novaes mudou-se para Rio Verde e instalou nessa cidade a sua unidade educacional (FRANÇA, 1998, p. 255-258).

Enquanto representação visual desse mundo civilizado, a fotografia da turma de estudantes do Colégio Novaes nos permite discutir “diferentes códigos, símbolos e recursos no processo de constituição dos sujeitos” (LOURO, 2011, p. 104). Compreendemos que os lugares, posições, práticas, vestimentas e gestos percebidos na imagem não são naturais, fazem parte do processo de “fabricação” dos sujeitos. Esse processo é marcado por relações de poder, e sua análise pode elucidar marcas identificadoras de diferenças de gênero, raça e classe (LOURO, 2011, p. 67-69).

Considerando essa perspectiva de análise, percebemos que a disposição dos

2 MUSEU HISTÓRICO DE JATAÍ. Periódico *O Picapau*. Jataí. N.04. Maio/1922.

corpos dos sujeitos que compõe a fotografia parece ter sido cuidadosamente articulada. O professor ocupa o centro da imagem, meninas e meninos estão separados em fileiras. Os braços das meninas, que se encontram sentadas, estão cruzados sobre suas pernas. Os meninos da última fileira repousam suas mãos nos ombros dos colegas que estão à frente. Há uma uniformidade na postura dos corpos: eretos, ordenados, controlados, disciplinados, indicam que a produção fotográfica forja “[...] uma estética apurada no tratamento formal (com planos bem construídos e distribuição da figuração), com um controle fundado em signos que remetem à tradição humanista secular e à disciplina e moral religiosa” (BARROS, 2005a, p.121-122).

A escola, como um dos lugares de acesso à educação, operava como propagadora dos discursos sobre disciplina, moral e bons costumes. Em razão disso, ao problematizarmos suas representações, como a fotografia da turma de estudantes do Colégio Novaes, percebemos que a posição central, ocupada pelo professor, é uma forma de afirmar sua condição de regente e superioridade em relação aos outros sujeitos que compõem a imagem. Não seria demais acrescentar que a masculinidade do professor também poderia ser percebida como um símbolo de poder, reforçando a hierarquia representada pela imagem. Em relação às mulheres, dispostas ao lado de Eleutério Novaes, supomos que ocupavam uma posição dúbia, de submissão ao professor e diretor da escola, e de dominação em relação aos estudantes.

Compreendendo que a disposição dos corpos na imagem indica hierarquias e lugares de atuação de cada sujeito: a separação dos meninos e meninas suscita que as práticas formais de educação estavam marcadas pelas diferenças e afastamento entre os sexos (MUNIZ e SANT’ANNA, 2010, p. 88). Em Goiás, mesmo com a reforma de 1918, as escolas primárias continuavam divididas por sexo, sendo permitidas escolas mistas apenas em localidades em que não poderia haver uma para cada sexo (ALVES, 2011, p. 229). Apesar disso, desde 1870, é possível encontrarmos registros de escolas mistas, que, na sua maioria, estavam organizadas dessa forma em razão da precariedade e escassez de recursos destinados à educação. Era muito dispendioso para o poder público manter dois sistemas de ensino (MUNIZ e SANT’ANNA, 2010, p. 89).

Compreendendo que o processo de fabricação de sujeitos utiliza-se de mecanismos sutis para marcar e definir os corpos, o uso de vestimentas e adereços não pode ser tomado como hábito normal ou natural do comportamento humano, pois, ao problematizá-lo, podemos pensar sobre a produção dos corpos e a construção das identidades. As roupas possuem sentido e significado para as sociedades, não servem apenas para proteger os corpos do frio, do calor, ou ocultar a nudez. Inscrita na cultura, pode ser compreendida como uma forma de comunicação (SILVA, 2006, p. 60-61) que assinala no corpo marcas de identidade e diferenciação.

Considerando esse modo de ver a indumentária, notamos um cuidado na escolha das roupas, adereços e penteados que “revestem” os corpos daqueles/as representados/

as na fotografia da turma de estudantes do Colégio Novaes. Entendemos que esse cuidado na escolha faz parte do processo de identificação e diferenciação dos corpos, que parece normatizar um modelo de vestimentas para cada grupo de sujeitos, mas que varia em relação ao sexo, idade e classe social. As estudantes estão de vestidos, com comprimento que provavelmente alcançam suas canelas, algumas usam meia-calça e todas possuem enfeites nos cabelos. Apenas uma delas destoa do restante do grupo, pois veste um vestido de manga comprida, e, ao invés do laço nos cabelos, usa uma espécie de chapéu na cabeça. A vestimenta de Ana Bueno tem uma aparência próxima à das estudantes, e destoa das outras duas senhoras que aparecem ao seu lado, que trajam vestidos longos e escuros. O penteado dos cabelos também figura-se como um elemento de identificação e diferença, as estudantes jovens estão com os cabelos soltos, enquanto as demais mulheres os usam presos.

Em relação aos meninos percebemos que a maioria deles veste terno e gravata, com exceção de um deles, localizado no centro da última fileira, que parece usar uma espécie de uniforme. O professor Novaes, disposto ao centro da imagem, traça camisa, gravata, colete, calça e paletó. O comprimento do vestido, a cor, o bordado, os babados, o decote, o enfeite no cabelo, o terno, a gravata, o lenço e os botões percebidos na imagem são símbolos que marcam os corpos, e que apontam para a construção de identidades e diferenças de idades, raça, classe e gênero.

A compreensão de que os lugares, posições, práticas, vestimentas e gestos percebidos na imagem, são construções e fazem parte do processo de “fabricação” dos sujeitos fotografados, denota estratégias de controle do sistema educacional e das instituições escolares. Outras estratégias, utilizadas pelas instituições de ensino, reforçavam a intenção de produzir uma política disciplinadora sobre os corpos. Segundo Foucault, esse processo de adestramento materializava-se nos regulamentos, nas punições, na vigilância, no controle dos horários, dos gestos, nos exames e na organização das filas (FOUCAULT, 2008, p.143-161).

3 I MANUEL DA ROSARIA: EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO

Entretanto, o processo de “fabricação” do corpo não é algo único, universal ou homogêneo. Pelo contrário, envolve diferenças de gênero, raça e classe e aponta para possibilidades de percebermos distintas experiências que envolvem a construção dos sujeitos. A presença de uma criança negra, na ponta direita da fotografia e trajando uma espécie de uniforme militar, é indicativa dessa pluralidade de experiências. A representação da criança, chamada na legenda da imagem de Manuel da Rosária, embora apresente semelhanças no que tange à postura corporal, distancia-se das representações dos demais meninos, primeiro por seu uniforme e pela corneta que carrega, depois pela cor de sua

pele, que parece mais escura do que as dos demais colegas.

Novamente, o uniforme usado pelo menino negro suscita-nos reflexões sobre o processo de educação/escolarização que estava posto para o período. Conforme notamos anteriormente, a indumentária utilizada pelos sujeitos não é algo natural, faz parte dos códigos sociais, construídos e moldados no âmbito da cultura. Desse modo, o uso de um uniforme militar por uma criança negra está possivelmente associado aos mecanismos de controle dos corpos, especialmente, corpos negros, no período da pós-abolição e implantação da República no Brasil. Segundo Cynthia Greive Veiga (2007), os princípios eugênicos e higienistas exerceram forte influência na mentalidade republicana. Estabelecia-se, assim, uma política de saneamento, de combate à insalubridade, de ordenamento e moralização dos comportamentos, regulamento dos espaços públicos e privados, entre outras estratégias de controle dos cidadãos/ãs republicanos/as, com o intuito de forjar uma sociedade civilizada (VEIGA, 2007, p. 260).

Nesse contexto, as práticas sociais e culturais da população negra e pobre apresentavam-se como uma ameaça a essa ordem, era preciso então moldar o comportamento desses sujeitos e investir na educação formal, principalmente, naquelas que ensinassem algum serviço. Esse seria um dos caminhos para se garantir a ordem, moldar os comportamentos e efetivar as políticas sanitárias em voga. Todavia, essas discussões não se iniciaram no século XX, Marcos Vinicius Fonseca (2002) aponta que desde o final do século XIX, especialmente no contexto de debate da Lei do Ventre Livre, foram vários os embates em torno do destino educacional das crianças negras (FONSECA, 2002, p.37-59). Em todo esse processo, não é difícil perceber a preocupação e o racismo da elite brasileira em torno da população negra e pobre, indicando a necessidade de civilizá-los/as, controlar seus gestos, movimentos e a maneira como circulavam pela cidade. Para tanto, a educação e o trabalho pareciam o caminho mais adequado, melhor ainda se a educação fosse para o trabalho.

Apenas pela fotografia da turma de estudantes do Colégio Novaes, não temos condições de afirmar se era essa a perspectiva educacional a qual Manuel estava vinculado. Os documentos que dispomos até o momento, não nos permitiu saber se ele era um dos alunos regularmente matriculados no Colégio Novaes, restando-nos a possibilidade de apenas lançarmos algumas hipóteses.

A primeira delas é a de que ele poderia ter recebido uma educação distinta daquela oferecida aos demais estudantes do colégio. Ao invés de ser educado seguindo os preceitos da educação primária e o currículo regular da escola, pode ter sido oferecido a ele a oportunidade de instruir-se em algum ofício ou a chance de aprender a tocar algum instrumento musical, por exemplo. A educação para o trabalho foi tema amplamente discutido nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, tendo aparecido intensamente nas discussões sobre a abolição da escravidão no Brasil e depois, movimentado o debate sobre a educação dos filhos de imigrantes. Surya Barros (2005), observando o processo

de escolarização de crianças negras em São Paulo, na década de 1880 do século XIX, aponta que apesar de diversas instituições dirigidas por congregações católicas aceitarem-nas em seus bancos, muitas outras instituições não permitiam esse acesso, para a autora isso fazia parte da estratégia da elite branca, no intuito de assegurar os lugares sociais já desenhados anteriormente (BARROS, 2005, p. 98-99).

Essa dificuldade de acesso de negros e negras à educação formal ou a permanência deles nas escolas ou instituições não se modificou abruptamente com o fim da escravidão. Embora o discurso sobre a importância da educação para a construção de uma nação civilizada tivesse se intensificado com o fim da escravidão e proclamação da república, as ações do Estado para concretizar esse desejo, aparentemente não foram tão eficazes. Apesar da criação de escolas noturnas ou de instituições como colônias ou orfanatos para promoverem a instrução popular de crianças negras, imigrantes ou desvalidas – cuja preocupação estavam sobretudo na formação de mão de obra para o trabalho em serviços domésticos, no campo ou indústria, a depender da localidade – foi somente mais tarde, por volta dos anos de 1960 que se percebe maior investimento por parte do Estado e da população em geral na escolarização formal.

Por outro lado, mesmo diante das dificuldades de acesso ou permanência, a historiografia da educação tem nestas últimas décadas apontado para a experiências de muitos negros e negras que conseguiram algum nível de instrução, seja frequentando escolas formais, financiadas pelo Estado, seja em estabelecimentos particulares, caritativos ou a partir de ações elaboradas e financiadas pela própria comunidade negra, em forma de associativismos³.

Não sabemos qual destas formas possibilitou o acesso de Manuel a turma de estudantes do Colégio Novais, nem mesmo se ele fazia parte da turma regular de alunos da instituição. Observando o uniforme e a corneta que traz a mão, é possível inferir que ele pudesse ter recebido uma educação calcada em preceitos militares, considerando que, naquele momento, também funcionava no Colégio Novaes uma Escola de Instrução Militar. O fato de apenas Manuel, criança negra, utilizar um uniforme militar, é indicativo de uma ideologia racista e segregacionista, além de explicitar a pretensão da educação republicana de domesticar e moldar os corpos, no caso da população negra, por meio da aprendizagem de um trabalho.

Outra possibilidade é de Manuel ser um aluno isento das mensalidades cobradas pelo dono do Colégio Novaes, que era privado. Também não seria demais supor que algumas instituições pudessem reservar vagas para quem não pudesse pagar, e, em troca, esses estudantes prestavam pequenos serviços como forma de retribuição. Em outros

3 A esse respeito podemos citar as obras: LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-abolição**: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931). Florianópolis: NEAB; Itajaí, Editora Casa Aberta, 2010 e BOFF, Virginia Ferreira. **Educação no pós-abolição**: a escolarização de afrodescendentes em Florianópolis □ SC (188-1930). 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

casos, poderiam ser firmados convênios ou acordos entre município, Estado e escola, com o intuito de custear os estudos de alunos e alunas pobres.

De qualquer modo, a presença de Manuel na fotografia permite-nos refletir sobre a educação da população negra naquele período. Embora existisse uma discussão acentuada sobre a educação dos negros no Brasil desde a década de 1870 do século XIX, especialmente, em razão da promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871, o alcance dessas discussões carece de maiores análises. A preocupação com a educação dos negros nesse contexto expressa o interesse da elite branca brasileira em controlar o processo de abolição da escravidão, assegurando a continuidade da hierarquia social daquele período. Em razão disso, a discussão da Lei do Ventre Livre foi marcada pela preocupação com o modelo de educação que seria proposto aos ingênuos nascidos de ventre-livre. De um lado, destacava-se a necessidade de educar essas crianças, do outro, expunham-se as contradições e dificuldades dessa medida, que contrariava os interesses imediatos de boa parte dos proprietários de escravizados.

Os discursos impressos nos projetos do legislativo brasileiro que antecederam a Lei do Ventre Livre de 1871, podem ser lidos como expressão dessa preocupação com a educação dos negros. Após calorosos debates, a ideia de educação, presente em algumas das propostas, foi conciliada com a palavra criação. Desse modo, considerando a lei, as crianças nascidas livres de mulheres escravizadas poderiam ter dois destinos: permanecerem na propriedade do senhor/a sob a responsabilidade destes/as até os vinte um anos de idade, ou serem entregues ao governo mediante uma indenização. No primeiro caso, o/a filho/a da escrava prestaria serviços ao senhor/a que tinha por obrigação “criar” e “tratar” dos/as mesmos/as. No segundo caso, a responsabilidade pela criança passaria a ser do Estado, que a entregaria a associações ou particulares. Estas deveriam cuidar da sua “educação” por meio da instrução primária e moral religiosa. Como se percebe, somente no segundo caso há a responsabilidade de oferecer às crianças nascidas de mães do ventre livre uma educação formal. Apesar das saídas encontradas para evitar responsabilizar senhores/as pela educação do/as ingênuos/as e do pequeno número de crianças que foram entregues ao Estado, o debate sobre a questão indica o quanto a educação foi pensada como um dispositivo de dominação.

Essa defesa da educação de forma tão incisiva em uma sociedade onde poucas pessoas livres desfavorecidas economicamente podiam contar com uma estrutura que lhes permitissem acesso a práticas educacionais diferenciadas das que eram desenvolvidas no espaço privado, indica o quanto a educação foi acionada como um importante mecanismo de dominação em relação ao negro no Brasil, e isso nos estágios finais da escravidão. A educação foi valorizada como um instrumento capaz de construir o perfil ideal para os negros em uma sociedade livre, garantindo que estes continuariam nos postos de trabalho mais baixos do processo produtivo e que não subverteria, a hierarquia racial construída ao longo da escravidão [...] (FONSECA, 2002, p. 59).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Veiga (2008), a escolarização da população negra, enquanto possibilidade de moldar a sociedade, foi uma invenção imperial. A autora defende que a escola pública brasileira do século XIX estava voltada para crianças negras, pobres e mestiças e tinha por finalidade moldar comportamentos, civilizar o povo e contribuir para a construção de uma nação. Essa intencionalidade de ordenar o social esteve presente nas ações políticas desde o início do Império, e foi se fortalecendo ao longo desse período, especialmente com a proximidade da abolição e da proclamação da República, quando é possível perceber, por parte da elite, uma intensificação da ideia civilizadora da escola (VEIGA, 2008, p.505-507).

Embora a ideia de civilizar a sociedade brasileira pela educação tenha se acentuado no final do século XIX e início do XX, a implantação desse projeto encontrou entraves que dificultaram sua efetivação. De um modo geral, podemos apontar questões como: carência de escolas primárias, ausência ou pequeno investimento do governo do Estado na educação primária, inexistência ou ineficácia de fiscalização, falta de programas reguladores que pudessem direcionar os processos educacionais, escassez e baixa remuneração de professores e professoras, disputas entre estados e municípios para não subsidiarem essa modalidade de educação, e ainda, especialmente em regiões distantes dos grandes núcleos urbanos, havia a compreensão de que a educação não tinha uma finalidade prática. (BARROS, 2005, p.88-90).

Ponderando as interpretações explicitadas até aqui e as multiplicidades de experiências possíveis de serem construídas em relação aos sujeitos do passado, não nos parece impreciso supor que o menino Manuel, que aparece na imagem fotográfica da turma do Colégio Novaes, seja uma representação incomum de crianças negras que puderam frequentar a escola primária particular na região. Acentuamos, no entanto, que esta é uma interpretação possível, construída a partir dos documentos que temos disponíveis no momento, o que não exclui outras possibilidades, posto que, estudos de outras regiões têm elucidado experiências educacionais da população negra nesse mesmo período⁴.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábila. A instrução primária em Goiás nos primórdios republicanos. In: BARRA, Maria Lopes da (org.). **Estudos sobre história da educação de Goiás (1830-1930)**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p. 221-238.

4 Sobre o tema ver: BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahí andam: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. 2005. 163 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005; CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org). *História da educação dos negros e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005; MACHADO, Carlos Eduardo Dias. *População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930*. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BARROS, Armando Martins. Os álbuns fotográficos com motivos escolares: veredas ao olhar. In: GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005a. p. 117-132

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX. In: ROMÃO, Jeruse (org). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005b. p.79-92

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Negrinhos que por ahí andam: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)**. 2005. 163 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004.

BOFF, Virginia Ferreira. **Educação no pós-abolição: a escolarização de afrodescendentes em Florianópolis – SC (188-1930)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 22-34.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Velhas escolas**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-abolição: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931)**. Florianópolis: NEAB; Itajaí, Editora Casa Aberta, 2010.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 11-36, jul. 2003.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SANT'ANNA, Thiago Fernando. Meninas pra lá, meninos pra cá: a experiência de escolarização na província de Goiás. **Revista Caderno Espaço Feminino**. vol. 23 n.1/2, p. 79-101, 2010.

SANT'ANNA, Thiago F. História visual da cultura visual: sob os rastros de uma história da fotografia na Província de Goiás (século XIX). **história, histórias**. Brasília, vol. 2, n. 2, p. 176-190, 2014.

SILVA, Katiene Nogueira da. “**Criança calçada, criança sadia!**”: sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 39, p.502-516, set/dez. 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

SILVÉRIO, Valter Roberto; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; DOMINGUES, Ana Carolina. Diretrizes Curriculares e Plano Nacional de Implementação da lei nº 10.639/2003: balanço de implementação, desafios e perspectivas. In: AÇÃO EDUCATIVA. Educação das Relações Raciais: balanços e desafios da implementação da lei 10.639/2003. São Paulo, 2015. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/10/10_anos_da_lei_10693_07_jul_2016.pdf. Acesso em 02 de agosto de 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico 166, 168

A

Aluno 18, 21, 22, 24, 32, 39, 54, 59, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 79, 85, 101, 102, 113, 115, 121, 147, 152, 157, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 175, 176, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 255, 268, 269, 297

Ambiente virtual de aprendizagem 54, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 179

Análise do discurso 290, 291, 292, 293, 297, 299, 303, 304

Aprendizagem histórica 166, 167, 168, 169, 176, 177

Aprendizaje basado en retos 272, 273, 278, 281

Avaliação 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 109, 174, 176, 177, 178, 187, 221, 236, 239, 240, 245, 263, 264, 273

B

Base Nacional Comum Curricular 12, 24, 25, 222, 223, 282, 284, 289

BNCC 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 24, 25, 215, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289

Brinquedoteca 73, 75, 81, 83, 86, 87

Bullying 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 301, 302, 304

C

Checklist 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246

Consciência de classes 202, 208, 209

Coordenador pedagógico 145, 146, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156

Creencias 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Currículo 17, 18, 27, 30, 32, 79, 81, 85, 147, 168, 178, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 215, 218, 219, 229, 230, 254, 263, 283, 285, 286, 288

D

Democracia 4, 8, 9, 10, 14, 17, 34, 35, 36, 87, 90, 101, 110

Desenvolvimento 2, 3, 5, 7, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 48, 59, 60, 62, 65, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 88, 98, 103, 117, 122, 149, 154, 158, 160, 162, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 213, 215, 219, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 246, 262, 283, 284, 285, 286, 287, 320

Desenvolvimento de linguagem 236, 239, 243

Dimensão pedagógica 30, 57, 65

Direitos 12, 18, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 76, 77, 78, 85, 103, 104, 117, 191, 192, 193, 194, 200, 203, 204, 205, 228, 261, 283, 284, 285, 286, 287, 289

Ditadura Militar 1, 9, 14, 25, 103

Docência na educação a distância 106, 107, 108, 110, 112, 118, 119, 122

E

Educação 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 55, 56, 57, 58, 61, 70, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 245, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 271, 273, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 294, 296, 320

Educação à distância 122

Educação básica 25, 26, 77, 110, 121, 145, 146, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 209, 222, 248, 258, 260, 262, 263, 271, 282, 283, 284, 285, 286, 320

Educação brasileira 1, 5, 11, 155, 181, 184, 261

Educação digital 57, 58

Educação do campo 191, 192, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 201, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 269, 271

Educação especial 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 99, 100

Educação financeira 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223

Educação infantil 25, 77, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 165, 219, 222, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289

Educação integral 26, 224, 225, 229, 233, 287

Educación basada en competencias 272, 273, 281

Educadores 7, 10, 101, 120, 158, 209, 214, 222, 227, 230, 231, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 262

Ensino 1, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 35, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 77, 87, 91, 93, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 207, 210, 212, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 222, 229, 230,

231, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 258, 260, 261, 262, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 283, 285, 286, 288, 289, 290, 293, 296, 298, 303, 320

Ensino e aprendizagem 70, 71, 115, 147, 157, 158, 161, 162, 168, 170, 229, 230, 268

Ensino Militar 38, 40, 42, 43, 47, 55

Ensino Religioso 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 26

Ensino remoto 145, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 216, 220

Epistemologia 88, 89, 99

Escola 1, 2, 4, 17, 18, 23, 25, 28, 37, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 91, 93, 99, 101, 102, 103, 104, 120, 121, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 163, 164, 165, 170, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 206, 209, 210, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 225, 229, 230, 247, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 298, 300, 301, 303

Escolaridade 123, 125, 128, 129, 130, 134, 137, 138, 140, 141

Escolas do campo 191, 194, 195, 196, 198, 199, 260, 261, 263, 265, 267, 269, 271

Expansão 3, 6, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 259

F

Fábricas ocupadas 202, 203, 207

Formação leitora 157, 158, 159, 161, 162, 164

H

Humanização 33, 73, 74, 76, 77, 86, 87, 163, 294

I

Identidade 13, 18, 108, 116, 120, 122, 149, 155, 156, 166, 172, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 201, 252, 294, 295, 303

Innovación educativa 272

Inovação metodológica e tecnológica 166

Instrumentos de avaliação 38, 41, 56

Intenciones 123, 139

L

Laicidade 12, 13, 14, 24, 25

Literatura 38, 41, 42, 44, 45, 46, 55, 57, 60, 85, 102, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 236, 238, 239, 243, 248, 288, 290, 294, 298, 300, 302, 303, 309, 310

Livros didáticos 15, 20, 260, 261, 263, 264, 265, 267, 268, 270, 271

M

Materialismo histórico-dialético 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 100

N

Negros 22, 209, 247, 248, 249, 254, 255, 256, 257, 258, 259

Neoliberalismo 1, 9, 10, 104

P

Pedagogia hospitalar 73, 74, 75, 77, 78, 87

Pesquisa 13, 15, 16, 18, 19, 24, 25, 40, 56, 72, 76, 82, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 108, 109, 121, 122, 145, 146, 150, 153, 156, 157, 164, 178, 183, 184, 185, 189, 191, 192, 201, 210, 212, 216, 217, 218, 219, 222, 224, 225, 258, 260, 261, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 282, 284, 290, 292, 293, 294, 297, 298, 300, 302, 320

PNLD Campo 260, 261, 263, 264, 270, 271

Pobreza 11, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 182, 249

Pós-abolição 247, 250, 253, 254, 255, 258

Precarização do trabalho docente 106, 108, 115, 116, 120, 122

Professor 7, 17, 25, 39, 62, 65, 66, 79, 85, 101, 102, 111, 112, 113, 114, 119, 120, 121, 150, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 192, 210, 218, 231, 250, 252, 253, 260, 266, 267, 268, 269, 270, 320

Professores e produção de materiais 260

Programa Bolsa Família 27, 32, 34

R

Roteiros pedagógicos 57, 59, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 70

S

Sathya Sai Baba 224, 225, 234, 235

Silêncio 290, 291, 292, 293, 297, 298, 300, 301, 302, 303

Sociologia das religiões 12

Sujeito-adolescente 290, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303

Superior 1, 2, 4, 5, 6, 28, 40, 55, 58, 63, 70, 71, 91, 92, 93, 94, 99, 100, 104, 107, 109, 118, 120, 121, 129, 130, 134, 138, 140, 141, 148, 155, 156, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 265, 305, 306, 308, 310, 311, 316, 317, 318, 319, 320

T

TAP y TAR 123

Tutoria 59, 106, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122

V

Valores humanos 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234

Versos e rimas 157, 158, 163

Violência 9, 29, 31, 34, 35, 227, 228, 229, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana



Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

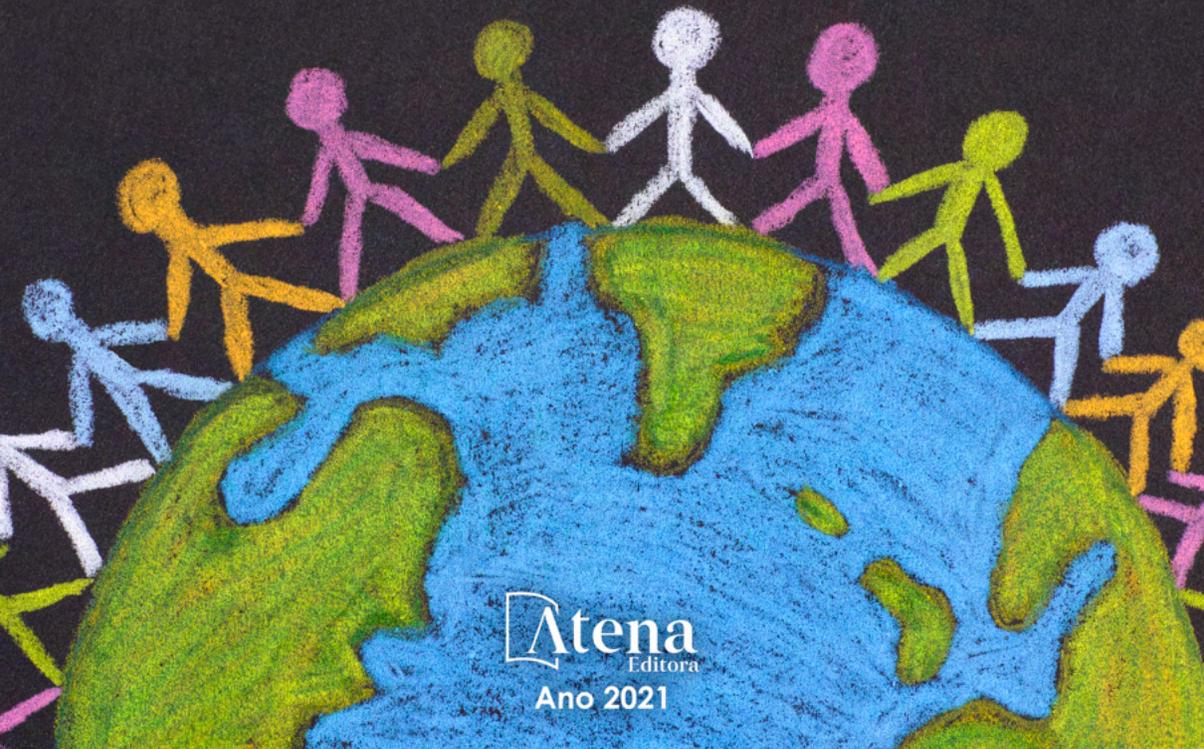
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana



Atena
Editora
Ano 2021